

Presidente do PMDB se reúne com lideranças para discutir emendas

Do Sucursal do Brasil

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), disse ontem em Brasília que o PMDB deverá apresentar na próxima quarta-feira de 35 a 40 emendas ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Ulysses reuniu-se em sua casa na Península dos Ministros, das 10 às 15h30, com os "históricos" do partido — entre eles, os senadores Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), José Fogaça (RS) e os deputados José Serra (SP) e Antônio Brito (RS) — e com o relator do projeto, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Há aproximadamente 20 pontos "polêmicos" na mira dos peemedebistas. O tema mais discutido ontem foi o conceito de empresa nacional. Segundo Fogaça, "ainda não fechamos uma posição, mas a tendência é de que seja mantido o texto do projeto", que considera empresa nacional a pessoa jurídica constituída com sede no país, controlada majoritariamente pelo capital de pessoas físicas domiciliadas no Brasil.

Segundo Ulysses, o PMDB está estudando as propostas apresentadas até agora pelo Centrão e "Grupo dos 32". Antônio Brito disse que o partido e o "Grupo dos 32" já fecharam um acordo para garantir em plenário a manutenção do texto sobre reforma agrária aprovado na Comissão de Sistematização, que prevê indenização em títulos da dívida agrária, em caso de desapropriação, resgatáveis no prazo de até

20 anos. Na questão da estabilidade, o PMDB ainda não fez qualquer acordo, mas há uma tendência, segundo a Folha apurou, de manter o princípio de garantia no emprego (estabilidade) e remeter seu detalhamento para legislação ordinária.

Com a reunião de ontem, o PMDB encerrou sua fase de "definição política", conforme denominação de Brito, para iniciar a elaboração efetiva das emendas. A estratégia para barrar o Centrão é "atacar questões isoladas", diz Fogaça, nos temas onde o grupo suprapartidário pensa em apresentar substitutivos a títulos inteiros.

Ao final da reunião, Ulysses disse que os "históricos" devem "esquecer os detalhes" e se preocupar com a elaboração da Constituição. Com isso, Ulysses minimizou as principais preocupações do grupo no momento: assumir claramente uma postura de oposição ao governo Sarney e assegurar a realização de eleições presidenciais em novembro de 89 (ou seja, quatro anos de mandato para Sarney).

Ao ser perguntado sobre o documento aprovado pelos "históricos" na reunião de anteontem, Ulysses disse que ainda não o havia examinado. A Folha apurou que o deputado leu a íntegra do texto logo depois de encerrado o encontro no auditório Nereu Ramos, ao qual não compareceu. Um grupo formado por Fernando Henrique Cardoso, e os deputados Euclides Scalco (PR) e Pimenta da Veiga (MG), entre outros, entregou-lhe pessoalmente o documento em sua residência na tarde de sábado.

As propostas dos 'históricos' e da Sistematização

"Históricos"

Tortura, terrorismo e drogas — retomar o texto do Cabral 2 que classificava-os como crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Impenhorabilidade da propriedade de até 25 hectares — garantir o crédito ao proprietário da terra, mesmo sem a penhora. A idéia é criar um outro mecanismo para garantir o crédito, o que poderá ser feito através da criação de um seguro agrícola.

Estabilidade no emprego — não tem proposta.

Salário mínimo — não tem proposta.

Jornada de trabalho — grupo propõe que o partido tente manter as 44 horas aprovadas no projeto da Sistematização.

Censura — não deve existir nenhum tipo de censura.

Organização sindical — não tem proposta fechada. A tendência majoritária é pela manutenção da unicidade sindical.

Comunicação — pretende manter o projeto da Sistematização.

Empresa nacional — mantém o texto do projeto da Sistematização.

Sistema eleitoral — Tendência é remeter o assunto para a lei ordinária.

Quórum de deliberação para aprovação de matérias pelo Congresso — pretende manter a Constituição em vigor. As deliberações serão tomadas por metade mais um do total dos membros.

Sistematização

Tortura, terrorismo e drogas — Considera a tortura como crime inafiançável. Não se refere ao terrorismo e às drogas.

Impenhorabilidade da pro-

riedade de até 25 hectares — A propriedade de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de quaisquer débitos.

Estabilidade no emprego — É garantido o emprego, protegido contra a demissão imotivada com exceção nos casos de: 1) contrato a termo; 2) falta grave; 3) justa causa, baseada em fato econômico intransponível, fato, tecnológico ou infortúnio da empresa.

Salário mínimo — Diz que o salário é unificado, com reajustes periódicos, mas sem vinculação.

Censura — É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença. Parágrafo 31 do capítulo dos "Direitos Individuais e Coletivos".

Organização sindical — Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

Capítulo da comunicação — Veda toda a censura de natureza política e ideológica, remetendo à lei ordinária a criação de mecanismos, por exemplo, para defender a pessoa da exibição e veiculação de programas e mensagens que atentem contra a moral e os bons costumes e incitem à violência.

O Executivo outorga e renova concessões.

Empresa nacional — Título da "Ordem Econômica e Financeira". Empresa nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no país, com controle majoritário de capital de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidade de direito público interno.

Sistema eleitoral — O texto mantém o sistema da proporcionalidade.

Quórum de deliberação para aprovação de matérias pelo Congresso — As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes desde que não inferiores a um quinto do total de seus membros.

406 11-01-89 4/15